



Livros de leitura manuscrita: elementos para a história de um manual escolar¹

Antônio Augusto Gomes Batista (UFMG/Ceale)

Resumo: Este trabalho tem por objetivo realizar um esboço da trajetória dos livros de leitura manuscrita, descrevendo seu circuito de comunicação, assim como as principais tensões que organizam esse tipo de manual didático e sua destinação. Utiliza como principais fontes diferentes edições dos manuais, assim como documentos oficiais a respeito de livros escolares. Os resultados mostram que os livros do gênero apresentam, no Brasil, um longo ciclo de vida (das primeiras décadas do século XIX até os anos 60 do século XX). Nesse período, observa-se uma nacionalização da autoria dos títulos, assim como da edição e da impressão. Mostram também que os livros se destinam ao desenvolvimento, em primeiro lugar, de capacidades ligadas à decifração do manuscrito; mas ainda, secundariamente, à transmissão de um quadro de valores morais e políticos e ao desenvolvimento de habilidades relacionadas à escrita.

Palavras-chave: edição – manuais escolares – leitura e escrita

Livros de leitura manuscrita ou paleógrafos foram, ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, um tipo de livro difundido na instrução elementar, no Brasil e em Portugal, assim como em outros países. Impressos por meio do processo litográfico, constituíam uma antologia de textos reproduzidos em diferentes escritas ou caligrafias. No Brasil, são frequentes as referências, nos momentos finais da alfabetização e do aprendizado da leitura “corrente”, ao uso de manuscritos, sejam eles contratos, certidões ou “cartas de fora” ou livros de leitura manuscrita: é um dos livros de cuja falta se lamentam, em seus relatórios, inspetores e encarregados, pelo Império ou pela República, de memórias sobre o estado da instrução; é também um dos livros cuja utilização é recomendada, ao lado de livros de leitura impressos, às escolas, em geral para os terceira ou quarta classe da instrução elementar.

Apesar disso, não há quase estudos sobre a esse gênero de manual, seja nas investigações a respeito do livro e da edição, seja, particularmente, nas investigações a respeito de livros didáticos. Do mesmo modo, inexistem trabalhos de História da Educação sobre sua utilização e suas finalidades na instrução escolar ou familiar, assim como sobre a emergência e a evolução dos saberes que em torno desse impresso se

¹ Este trabalho é parte de uma investigação mais ampla, para a qual o CNPq destinou uma bolsa de produtividade em pesquisa e, posteriormente, uma bolsa de pós-doutorado.

¹ Trabalho apresentado no NPO4 – Núcleo de Pesquisa Produção Editorial, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



ensinavam.² Este artigo tem por objetivo fazer uma primeira apresentação de títulos em língua portuguesa pertencentes ao gênero e que, provavelmente, foram utilizados na instrução brasileira. Com isso, procura-se, tendo em vista investigações posteriores, realizar um primeiro esboço da trajetória do gênero e de seu circuito de produção e comunicação,³ assim como das principais tensões que organizam o gênero e sua destinação, os usos que pretende propiciar.

1. Esboço da trajetória e elementos do circuito de comunicação dos paleógrafos

Foram encontrados sete títulos diferentes em língua portuguesa, editados entre as primeiras décadas do século XIX e os anos 60 do século XX.⁴

1830-48?	DUARTE VENTURA. <i>Arte de aprender a ler a letra manuscrita para uso da Escolas em 10 lições progressivas do mais facil a o mais difficil</i> . Paris: Em casa de J.P.Aillaud, sd.. 1814-40?, 1868, 1872, 1873, 1885, 1901
1864	SILVA, Carlos. <i>O paleographo em escala calligraphica para aprender a leitura manuscrita, aprovado pelo Conselho Superior d'Instrução Publica para uso dos Collegios</i> . Lisboa: Lithogr. de A. S. de Castro, 1864. [12.ed. Lisboa: Lithogr. de Palhares, 1870] 1864, 1870(12.ed.), 1877, 1884, 1897, 1912
1869	SILVA, Carlos. <i>O segundo e novo paleographo, em escala calligraphica: leitura manuscrita, etc</i> . Lisboa: Lithogr. de Palhares, 1869 -
1871	FREITAS, Joaquim Pedro Corrêa de. <i>Paleógrafo, ou Arte de aprender a ler a letra manuscrita, para uso das escolas da Provincia do Pará</i> . Lisboa : Lith. de J. L. Palhares, 1871. [13 ed. Paris: Lith. de Léopold Bossange (6, Rue de Chabanais), 1886. in-12, 113 p. Ilustr.] 1871, 1886 (13.ed)
1872	<i>Curso graduado de letra manuscrita em 21 lições composto para o uso da mocidade brasileira</i> . Rio de Janeiro: B.L. Garnier; Paris: E. Bellate, 1872. [7.ed. Rio de Janeiro: B.L. Garnier; Paris: E. Mellier, 1887; "Nova edição". Rio de Janeiro: B.L. Garnier; Paris: Vve. E. Mellier, 189-?]. 1872, 1876 (2.ed.), 1887 (7.ed.), 1890 (9.ed.), 189-? ("Nova edição")
1909	BPR. <i>Leitura manuscrita; lições colligidas</i> . 9.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1909. 1909, 1911, 1915, 1920 (24.ed.) 1951, 1954, 1955

² As referências são, em geral, genéricas (ver, por exemplo, Pfromm *et al.* 1974). Referências mais extensas são encontradas em Galvão e Batista (1998), em Galvão *et al.* (2000) e em Batista *et al.* (2001). Mesmo livros de introdução à caligrafia e à sua história tampouco fazem referências a esse tipo de livro (ver, por exemplo, Sabard *et al.* 1999 e Mediavilla, 2000).

³ Ver, para a noção, Darnton (1990).

⁴ A localização dos títulos foi feita, de modo central, por meio de um levantamento nas coleções da Biblioteca Nacional da França (BNF), da Biblioteca Nacional do Brasil (BNB), da Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), assim como do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale), da Universidade Federal de Minas Gerais. De modo complementar, consultaram-se, ainda, o catálogo da Biblioteca Nacional da Espanha (BNE) e os catálogos e acervos do Centro de Referência do Professore da Biblioteca Pública de Minas Gerais, as duas instituições situadas em Belo Horizonte.

1 Trabalho apresentado no NPO4 – Núcleo de Pesquisa Produção Editorial, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



1926

GOMES, Lindolfo. *Exercício de leitura manuscrita*. São Paulo : Melhoramentos, 1926
**1937, 1939 (5. ed.); 1940 (6.ed.); 1942 (7.ed.); 1944 (8.ed.); 1948 (9.ed.);
1949 (10.ed.); 1950 (11.ed.), 1951 (12.ed.), 1963 (17.ed.)**

Tendo em vista os dados sumarizados acima, o gênero parece ter tido uma longa vida editorial: sua produção se inicia entre os anos 30 e 40 do século XIX, com o livro de Duarte Ventura e só vai se interromper bem mais de 100 anos depois, nos anos 60 do século XX, com o de Lindolfo Gomes. É pouco provável, entretanto, que o livro de Duarte Ventura, cuja datação foi estimada por meio de seu depósito legal na BNF, seja muito anterior ao ano de 1848. Os mais antigos manuais espanhóis e franceses do mesmo gênero localizados são, respectivamente, de 1851 e 1864.⁵ Assim, presume-se que o mais antigo manual identificado em língua portuguesa tenha sido publicado em data mais próxima à das publicações espanhola e francesa.

É possível supor também, em segundo lugar, que, ao longo de sua trajetória, os manuais aqui estudados, inicialmente de autores portugueses, como os três primeiros descritos, tenham progressivamente se nacionalizado, a partir dos anos 70 do século XIX, com a publicação dos títulos escritos para uso quer “da mocidade brasileira”, como no caso da obra publicada por Garnier, quer “das escolas da Província do Pará”, no caso daquela escrita por Corrêa de Freitas.

São ainda muito restritas as informações disponíveis sobre os autores portugueses e brasileiros para se poder estabelecer hipóteses a respeito do significado da autoria no gênero. Os dados reunidos até o momento levam a crer que apenas Carlos Silva era um calígrafo. Os demais livros examinados apresentam textos copiados por diferentes pessoas, em diferentes estilos e estão mais próximos de usos cotidianos da escrita manuscrita do que das práticas formalizadas de calígrafos. Assim, a tarefa daquele que assina um paleógrafo, no caso dessas obras, residiria principalmente quer seleção dos textos, quer em sua concepção. Apenas o livro de BPR possui textos autógrafos. Supõe-se, por tudo isso, que a cópia dos textos, assim como a atribuição de uma progressão de acordo com o grau de dificuldade da letra possam ter sido de responsabilidade de

⁵ Trata-se de Araujo y Alcalde (1851) e da BIBLIOTHÈQUE manuscrite des écoles primaires (1864). Mais à frente se retoma essa questão; as referências bibliográficas das duas obras são apresentadas no corpo do texto.

1 Trabalho apresentado no NPO4 – Núcleo de Pesquisa Produção Editorial, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



litógrafos e impressores. Por fim, embora se trate de um número reduzido de títulos, o anonimato ou a assinatura de uma editora não parecem ter sido a opção mais comum, apesar das ambigüidades envolvidas no processo de autoria de paleógrafos.⁶

A trajetória do gênero, em terceiro lugar, leva a crer que a publicação e circulação de títulos se inicia e se interrompe mais cedo em Portugal que no Brasil, país em que os paleógrafos mostram uma grande longevidade.⁷ A interrupção da publicação das obras portuguesas, assim como das duas primeiras obras de autores brasileiros está relacionada a fatores de natureza política que conduziram a uma reorganização na instrução escolar nos dois países. Da escola, com efeito, o gênero foi sempre dependente, uma vez que todos os títulos mais antigos, produzidos num momento em que é menos clara a divisão, entre família e escola, das responsabilidades na educação da criança, anunciam muito claramente sua destinação escolar.⁸

Os registros sobre os títulos portugueses desaparecem pouco antes do início da República, em 1910; aqueles sobre os dois primeiros títulos brasileiros, em datas próximas à proclamação da República no país, em 1889. Tanto a obra de Corrêa de Freitas como a da Garnier apresentam uma temática estreitamente relacionada ao contexto monárquico, contendo referências à Constituição do Império, a seus principais heróis e episódios. Títulos adequados à nova República brasileira e ao sistema de ensino que se passou a construir nos fins do XIX e no início do XX são representados pelas obras de BPR e Lindolfo Gomes. A reorganização por que passou a escola brasileira nos anos 50 e 60 do século XX, período de intensa modernização dos métodos de ensino, parece ter definitivamente decretado o fim da longa sobrevivência do gênero.

⁶ Pressupõe-se que o livro editado pela Francisco Alves seja de autoria de Arnaldo Barreto, Romeu Puiggari e Romon Rocca, cujas iniciais formam a sigla BPR e cujas obras são apresentadas, nessa seqüência, no verso da folha de rosto do livro. Se a hipótese é correta, parece também que o gênero acompanha o processo mais geral de especialização dos autores de livros didáticos, ocorrido, na produção brasileira, no final do XIX e início do XX: Corrêa de Freitas, apesar de ter escrito também uma série graduada de leitura, era médico e diplomata; Lindolfo Gomes, Barreto, Puiggari e Rocca eram ligados ao ensino e autores de uma obra didática mais extensa. Barreto, além disso, foi o “primeiro gerente da Weiszflog Irmãos” (Hallewell, 1985: 258), firma que originou a Companhia Melhoramentos de São Paulo e foi responsável pela continuidade da linha editorial da empresa, baseada em publicações de literatura infantil-juvenil e didáticos.

⁷ É preciso alertar que é necessária cautela na identificação do período de interrupção das obras portuguesas, uma vez que é preciso aprofundar e expandir a busca de localização de títulos no país e que, como se verá mais à frente, a produção espanhola, país que apresenta uma tradição de ensino da leitura e da escrita próxima à lusitana, é tão longa quanto a brasileira.

⁸ O livro de Duarte Ventura é “para uso das escolas”; o de Carlos da Silva, “para uso dos colégios”; o de Corrêa de Freitas, por fim, “para uso das escolas da Província do Pará”.

1 Trabalho apresentado no NPO4 – Núcleo de Pesquisa Produção Editorial, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



Trata-se de uma sobrevivência que se dá *apesar* da legislação. O documento oficial mais antigo com referências à leitura de livros manuscritos que pude localizar é o relatório elaborado por Gonçalves Dias, a pedido de Pedro II, em 1852, sobre as condições de ensino nas províncias do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande, Paraíba, Pernambuco e Bahia. Segundo o relatório, faltam, no período, às escolas, livros "pelos quais se dêem lições de leitura manuscrita" e sua falta prejudicaria a utilização do método simultâneo de ensino, na medida em que, para supri-la, o professor exigiria que os alunos trouxessem "cartas, e como estas não podem ser idênticas, também não pode haver o emprego do método que a lei recomenda com mais proveito à instrução" (citado por Almeida, 1989: 363).

Bem mais tarde, na legislação mineira, a primeira grande reforma realizada no período republicano (a Lei n. 439, de 1906) exige, no programa de leitura, sempre ao lado do livro de leitura *tout court*, o uso variado de "manuscritos", no segundo semestre da 3ª série, assim como, também no segundo semestre da 4ª, a leitura de "manuscritos", embora estes pudessem ser "trazidos pelos alunos". No Decreto 3.405, de 15/01/1912, que aprova o Programa de Ensino dos Grupos Escolares e demais escolas públicas de Minas Gerais, é prescrita para as aulas de leitura do 3º ano a "leitura variada de manuscritos" e, para o 4º ano, a "leitura de manuscritos". Para o mesmo ano das escolas rurais, prescreve-se a "leitura em livros manuscritos escolhidos". As mesmas prescrições aparecem nos Programas de 1916 (Decreto 4.508) e de 1918 (Decreto 4.930). Já no Decreto 6.655, de 19/08/1924, que aprova o Regulamento do Ensino Primário no mesmo Estado, desaparece a prescrição da leitura manuscritos: nesse momento, sugere-se que a leitura seja feita apenas no "livro adotado", assim como em jornais e em revistas. Desse modo, mesmo que tenha desaparecido da legislação a necessidade da leitura de manuscritos em Minas Gerais, os livros continuam a ser publicados até os anos 60.

Continuam também, evidentemente, a ser utilizados. Em entrevistas com ex-alunos de escolas mineiras, pude encontrar referências de seu uso até o final dos anos 50. Foram localizadas nove pessoas que utilizaram o livro de BPR, todas elas no interior de Minas Gerais. Duas delas o fizeram entre 1912 e 1913, quando cursavam a 4ª série (e



um deles quando também cursava a 3ª série) do antigo curso primário. Esses dois informantes – um homem e mulher nascidos em 1903 – utilizaram-no em escolas de pequenos núcleos urbanos: o primeiro, numa escola de religiosas salesianas em Cachoeira do Campo, e a segunda numa escola isolada em Itabira do Campo, atual Itabirito. Os dois núcleos urbanos eram, então, distritos de Ouro Preto. Todos os demais informantes também utilizaram o livro em escolas de pequenas localidades ou de meio rural, e sempre na 3ª e 4ª séries do curso primário – se se trata de uma pequena cidade – ou apenas na 3ª série – se se trata de escola de meio rural, que habitualmente não oferecia a 4ª série: um em Cachoeira do Campo, na década de 20, dois na região de Passos, no sudoeste mineiro, nos anos 30, e os demais nas décadas de 30, 40 e 50, na zona rural do município de Sete Lagoas (um informante) e de Santa Margarida, na região leste do estado (três informantes).

Desse modo, no Brasil, os paleógrafos apresentam um longo ciclo de produção e utilização, frontalmente oposto, a partir dos anos 20 do século XX, à legislação do ensino e, deve-se acrescentar, fortemente contrastante com sua presença em dois outros países. Como se viu, a produção portuguesa parece se interromper por volta da primeira década do século XX. A produção francesa se interrompe ainda mais cedo: a Biblioteca Nacional de Paris possui exemplares de apenas uma coleção, em quatro volumes publicada pela Hachette. Deve-se levar em conta, entretanto, na reduzida diversificação editorial da produção francesa, o monopólio da Hachette sobre a edição escolar do país, ao longo do século XIX.⁹ Todos os exemplares localizados da coleção dessa editora foram publicados entre 1860 e 1886.¹⁰

Os padrões de longevidade da produção brasileira só encontram um paralelo, ao que tudo indica, na produção espanhola, embora esta seja bem mais diversificada. Os acervos de manuais espanhóis da BNF e da BNE reúnem 15 títulos diferentes, voltados

⁹ Ver, por exemplo, Martin & Martin (1990) e Mollier (1988).

¹⁰ Trata-se da *Bibliothèque manuscrite des écoles primaires*, cujos volumes se organizam em torno de diferentes tipos de textos, com forte ênfase na escrituração comercial (vol.1), de noções de história natural e economia doméstica (vol.2), da história sagrada e da vida de Cristo (vol.3) e, por fim, de exemplos de correspondência (de escritores literários e personagens célebres).

¹ Trabalho apresentado no NPO4 – Núcleo de Pesquisa Produção Editorial, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



para a instrução de crianças e de adultos, de meninas e meninos. O título mais antigo identificado é de 1851 e, o mais recente, de 1957.¹¹

A trajetória do gênero, em quarto lugar, leva a pensar que essa produção, inicialmente impressa no exterior, nacionaliza-se também tendo em vista sua edição e impressão, a partir da primeira década do século XX, com o livro publicado pela Francisco Alves, apesar das discussões sobre o caráter nacional da empresa de Alves.¹² Nas obras que contêm apenas o selo de um litógrafo ou impressor, a edição parece ter-se realizado predominantemente por meio da contratação, pelo autor, dos serviços de litografia e impressão; no caso daquelas que possuem o selo de um livreiro ou editor, pela contratação da obra pelo responsáveis pela publicação e venda. Não se dispõe ainda de informações sobre as modalidades da contratação das obras. Sabe-se, entretanto, que prevalecia, na prática dos livreiros e editores no Brasil, ao longo de todo o século XIX, a compra dos direitos autorais da obra, por um número determinado de edições.¹³

São poucos os dados disponíveis sobre as firmas de edição e impressão estrangeiras. Se as práticas e características das firmas de B. L. Garnier e de Francisco Alves, assim como, ainda que em menor grau, da Melhoramentos, são mais extensamente estudadas e conhecidas, são raras e esparsas as referências sobre Aillaud, assim como sobre os litógrafos e impressores estrangeiros.¹⁴

Sobre Aillaud, sabe-se que, segundo Hallewell (1985), sua firma viria a ter um papel decisivo na criação da editora Laemmert e, mais tarde, nos esquemas de impressão da

¹¹ Trata-se, respectivamente, do *Cuaderno litografiado para facilitar la lectura de manuscritos en las Escuelas de primera enseñanza. Dedicado á S.M. el Rey*, de autoria de D. Cástor Araujo y Alcalde e impresso, em 1851, pela litografia de Fernández. A edição mais recente mostra que o gênero deve ter sobrevivido na Espanha, como no Brasil, até por volta dos anos 50 e 60 do século XX. O *Guía de la mujer: colección de los documentos manuscritos usados con más frecuencia: destinada a enseñar la lectura a las niñas*, de Faustino Paluzie, era ainda publicada em Barcelona, em 1957, por Imp. Elzeviriana, cerca de 70 anos depois da edição mais antiga da obra.

¹² Ver, a propósito, Lopes (2001), que parece incluir o editor no grupo de portugueses que estabelecem, ao fim do século XIX, relações de dependência da atividade editorial brasileira em relação à portuguesa, assim como Bragança (2000), que defende o contrário.

¹³ Sobre os tipos de contratação da edição por livreiros e editores, assim como da edição moderna, ver Mollier (2001), Charle (1990). Para os contratos estabelecidos por B. L. Garnier e por Alves, ver, respectivamente, Hallewell (1985) e Bragança (2000).

¹⁴ Como a história dessas casas de edição são mais extensamente conhecidas, remeto a alguns dos estudos disponíveis. Além disso, na apresentação de dados sobre Aillaud e a família Bossange, no corpo do artigo, são fornecidas informações gerais sobre Garnier e Alves. A propósito de B. L. Garnier, ver Hallewell (1985), Martin & Martin (1990) e, especialmente Mollier (1988), que restabelece as ligações entre o livreiro e a firma dos Irmãos Garnier (Hypolite e Auguste), assim como com seu irmão menos afortunado, o também livreiro Pierre Garnier. Para Alves, ver Hallewell (1985) e Bragança (2000). Para a Companhia Melhoramentos de São Paulo, cf., também, Hallewell (1985).

1 Trabalho apresentado no NP04 – Núcleo de Pesquisa Produção Editorial, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



Francisco Alves. Também de acordo com Hallewell (1985), a firma de Aillaud “surgiu em Paris, em 1808, e desde cedo interessou-se pelo mercado de língua portuguesa” (p. 215). Em 1827, criou, também segundo Hallewell (1985), em associação com Bossange, uma filial no Rio de Janeiro. Mollier (1999) refere-se ao livreiro-impressor como um dos primeiros franceses (juntamente com Rolland e Villeneuve) que cruzaram o Atlântico para se instalar no Brasil. As obras em língua portuguesa editadas por J.-P. Aillaud mostram um grande interesse pela tradução de obras literárias (como o Ivanhoé de Walter Scott), catecismos e obras religiosas (inclusive traduções de Alain Kardec), assim como manuais diversos e obras para a “educação e o recreio da mocidade”.¹⁵. Mostram também uma intensa associação para a publicação dessas obras, seja, como já se apontou, com Francisco Alves, do lado brasileiro, seja também, do lado português, com Bertrand e com Bastos, ou, do lado francês, com Guillard e Monlon.

Um dos litógrafos-impressores dos livros, Léopold Bossange, pertence a uma importante família de conhecidos livreiros-impressores franceses. Segundo Hallewell (1985), Martin Bossange foi um dos livreiros-editores franceses que desenvolveu um intenso comércio internacional no século XIX, tendo aberto filiais em “Quebec, Montreal, Nova York, Cidade do México, Madri, Londres, Leipzig, Nápoles, Odessa e, juntamente com Aillaud, no Rio de Janeiro” (p. 126). Hallewell (1985) informa ainda que, nascido em 1766, Martin Bossange teria criado sua firma em 1785, em Paris. Ele – ou, mais provavelmente seu filho, Hector Bossange – teria empregado o livreiro Eduard Laemmert, de origem alemã, e que mais tarde, em 1827, seria representante de Bossange no empreendimento que daria origem à Laemmert. Associando-se a Aillaud, representado, por sua vez, por “um português chamado Souza” (p. 161), seria criada a firma Zouza Laemmert. Não se encontraram, porém, referências a Léopold Bossange, que assina a 13.ed. da obra.¹⁶

A reconstrução da trajetória do gênero, por fim, evidencia certa diferenciação nas dimensões das obras. O título mais antigo localizado é sempre impreso em pequeno

¹⁵ Ao que indica o levantamento em desenvolvimento na Biblioteca Nacional francesa, o Padre José Ignácio Roquette, prolífico autor de livros de instrução, era um dos principais escritores de língua portuguesa do catálogo de J.-P. Aillaud.

¹⁶ Informações sobre a família são também fornecidas em Martin & Martin (1990), onde tampouco são feitas referências a Léopold Bossange.

1 Trabalho apresentado no NPO4 – Núcleo de Pesquisa Produção Editorial, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



formato e aparenta ser antes um pequeno folheto. O de Carlos Silva, ao contrário, tem tamanho bem maior e mais nobre. Os demais livros apresentam as dimensões que iriam se firmar na produção manuais para a instrução elementar no Brasil, dos fins do XIX ao início dos anos 60 do XX, equivalentes, em maior ou menor grau, ao formato in-12.

Em síntese: os paleógrafos apresentam, junto à produção e o mercado brasileiros, um longo ciclo de vida, fenômenos similar ao que ocorre na Espanha mas, ao que tudo indica, fortemente distinto do que se manifesta na França e parece ocorrer em Portugal. Que conjunto de condições sociais atribuíram ao gênero, no Brasil, essa longevidade? Nesse longo ciclo de vida, ocorre, como se descreve para a produção didática e literária em geral, uma nacionalização da autoria dos títulos do gênero. Que relações podem ser traçadas entre esse processo e o processo mais geral de surgimento de uma produção didática e literária brasileira, ao longo do século XIX? Observa-se, também, seguindo o ciclo de vida dos livros do gênero, uma nacionalização da edição e da impressão mesmas. Ela é também parte de um processo mais amplo de criação e fortalecimento das instituições responsáveis pela edição no país. Como se deu esse processo no caso dos paleógrafos? Quais são os agentes e instituições em torno das quais ele se realizou? Que técnicas e procedimentos permitiram a existência do gênero, que práticas de edição e impressão? Em que consistia a especificidade da autoria de um paleógrafo?

É necessário, como se vê, fortalecer as bases a partir das quais se reconstituiu os principais traços do ciclo de vida do gênero; é preciso, como também se pode constatar, buscar responder às principais perguntas que o esboço da trajetória dos paleógrafos fazem emergir a respeito de alguns dos aspectos do circuito mais geral de comunicação no interior do qual se insere. Apesar de tudo isso, os principais elementos apreendidos podem fornecer balizas para uma primeira exploração do próprio gênero e do mercado a que se destina.

2. O gênero e sua destinação



Assim, pode-se buscar esboçar, ainda que hipoteticamente, por meio da análise dos títulos localizado e dos modos pelos quais se identificam¹⁷, algumas das tensões que organizam o gênero e sua destinação, os usos que pretende propiciar.

Em primeiro lugar, o gênero parece se definir por meio de suas relações com livros destinados à *alfabetização*. Os paleógrafos se distinguem (embora estabeleçam com eles relações de continuidade) das obras que, embora organizadas total ou parcialmente em torno da escrita manuscrita, destinam-se ao aprendizado inicial da leitura, à alfabetização portanto, seja ela feita simultânea ou anteriormente ao aprendizado do escrever, concomitante ou separadamente do aprendizado da leitura de letras impressas. Trata-se de obras destinadas à apresentação das letras do alfabeto, das sílabas e de sua soletração, de pequenos textos para as primeiras leituras.

Todos os títulos anunciam, também, sua especificidade em oposição à *escrita* e a seu aprendizado. Trata-se de livros para o aprender a *ler* a letra ou a *leitura* manuscrita e não de livros ou cadernos para o ensino da caligrafia ou dos diferentes tipos de escrita (“os caracteres de letras inglesas, portuguesas, aldina, romana, gótico-italica e gótico-germânica”, por exemplo, como promete a 2.ed., de 1819, do livro de J.J.V. da Silva, dedicado ao príncipe D. Pedro).¹⁸ Os livros de caligrafia pertencem, como mostra Hébrard (1990, 1995), a uma tradição bem mais antiga, relacionada às práticas dos mestres-escrivas. Já os de leitura manuscrita pertencem à família mais geral dos livros de leitura, baseada, certamente, na tradição contra-reformista do livro de catecismo, mas reformulada, dentre outros, por Jean-Baptiste de la Salle, no século XVIII, na organização de uma alfabetização para as crianças pobres.¹⁹

Essa alfabetização previa o aprendizado da leitura antes do da escrita, em língua vernácula, pelo método de ensino simultâneo, numa seqüência organizada em torno de

¹⁷ Sobre a emergência dos modos de identificação da produção impressa, ver Chartier (1994).

¹⁸ Um levantamento feito no catálogo antigo da BNB pela pesquisadora de sua Divisão de Informação Documental, Silvia Souza, elenca 16 títulos diferentes, publicados entre 1796 e 1927.

¹⁹ São necessários estudos sobre a influência da inovação de La Salle na instrução brasileira posterior à independência. Apesar disso e mesmo que a primeira lei do Império sobre a instrução nacional (Decreto das Escolas das Primeiras Letras, de 1827) obrigasse a adoção do método mútuo de ensino, há indícios de que o método simultâneo criado por De La Salle fascinou reformistas brasileiros: a Província de Minas Gerais, por exemplo, adotou o método simultâneo em 1846 (Lei mineira n. 311, de 8 de abril de 1846), acatando as recomendações de Francisco de Assis Peregrino, enviado à França pela presidência da Província para conhecer métodos e inovações a serem adotadas em Minas. Em sua Memória, tal como resumida por Mourão (1959), Peregrino se revela um ardoroso defensor do método simultâneo. Para a adoção do método mútuo em 1827, ver Bittencourt (1993). Para uma descrição de outras experiências de organização do ensino da leitura, ver Crubellier (1990).

1 Trabalho apresentado no NPO4 – Núcleo de Pesquisa Produção Editorial, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



unidades da língua escrita (do alfabeto ao texto, passando pelo silabário), assim como em torno dos textos a serem lidos: cartas ou cartazes impressos apresentando o alfabeto e, depois, as sílabas; em seguida, como resume Hébrard (2000: 46-47), os livros, idênticos para cada grupo de alunos – “o silabário, o primeiro livro (leitura de orações por soletração); o segundo livro ‘nos quais aqueles que souberem soletrar perfeitamente começarão a ler’, o terceiro livro, ‘que serve para aprender a ler por pausas (por palavras inteiras e não por sílabas); o saltério (em latim); a ‘Civilidade’ (em letras góticas)”.²⁰ Essa seqüência culminava, por fim, na leitura de manuscritos, agrupados numa seqüência com seis graus de dificuldade, segundo sua legibilidade. Assim, os livros de leitura manuscrita se inserem na tradição mais geral do livro de leitura, inserida, por sua vez, no quadro mais amplo de uma organização do desenvolvimento do ensino da leitura (e não da escrita), após a alfabetização inicial.²¹

Evidentemente, as relações entre os aprendizado do ler e do escrever não deixam de se deslocar e de se mostrar ambíguas no período, principalmente nos países ibéricos e no Brasil, até que se dessem simultaneamente.²² Dois exemplos: a forte presença do gênero epistolar, familiar ou comercial, nas obras de Corrêa de Freitas e de Carlos Silva, assim como de abreviaturas, favorece uma utilização do manual não apenas como suporte para a leitura mas também para a composição de textos do gênero e para as práticas de escrita; o livro de BPR, “Leitura Manuscrita”, apresenta texto inicial sobre os valores de uma boa letra, assim como pautas com diferentes tipos de escrita, que, utilizadas como exemplos, podem dar origem a exercícios de cópia.

Em relação aos outros livros de leitura, destinados a firmar a prática da leitura corrente e a construir um quadro comum de referências religiosas, morais ou políticas, os de ensinar a ler a letra manuscrita apresentavam, certamente, semelhanças. Batista *et al.* (2001) descrevem quatro grandes formas de organização desses livros. Duas delas parecem ser mais antigas. A primeira é o compêndio (de História Sagrada, de

²⁰ As passagens citadas por Hébrard (2000) foram extraídas da obra de De La Salle (*Conduite des écoles chrétienne divisée en trois parties, d’après le manuscrit de 1706. Oeuvres Complètes*. Roma: Ed. des Frères des Écoles Chrétiennes, 1993).

²¹ A respeito dos livros de leitura, ver Galvão *et al.* (2000), para o século XIX; para o século seguinte, cf. Galvão e Batista (1998). Os diferentes modelos de livros de leitura, dentre eles os de leitura manuscrita, são descritos em Batista *et al.* (2001).

²² Ver, por exemplo, Fernandes (1994).

1 Trabalho apresentado no NPO4 – Núcleo de Pesquisa Produção Editorial, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



conhecimentos gramaticais, históricos ou cívicos), que oferece uma síntese de uma doutrina, religiosa ou disciplinar. Os compêndios parecem ser aquele tipo de organização mais comum do manual utilizado para a leitura nas primeiras décadas século XIX brasileiro, tendendo a desaparecer à medida que se avança no século e se generalizam duas outras formas de organização. Primeiramente, as antologias, coleções de textos do autor mesmo do livro ou de excertos de diferentes autores; posteriormente, as narrativas ou romances escolares (de que *Através do Brasil*, de Olavo Bilac e Manoel Bomfim é um exemplo). Parece que esses dois tipos de organização do livro de leitura apresentam um comportamento estável e uniforme ao longo do fim do século XIX e das primeiras décadas do XX, até que, progressivamente, um novo formato de livro assumirá o centro dos interesses de editores e autores: não apenas livro de leitura, mas de Língua Materna, o caderno de atividades – coletânea de textos para leitura, exercícios de gramática e de vocabulário e atividades de redação – acabará por fazer desaparecer o próprio livro de leitura, tal como, ao longo do período, terminou por se constituir.

Os paleógrafos, como as demais antologias, constroem sua especificidade pedagógica e editorial por meio de uma seleção dos textos, de sua disposição gráfica, no estabelecimento de uma progressão. Desse modo, como as outras antologias, os livros de leitura manuscrita resultam de um conjunto de princípios de seleção de temas e textos, de sua reprodução e seqüenciação. No que diz respeito à seleção de temas, prevalece a exploração de valores cívicos e morais, embora variem os heróis, assim como os modos de abordá-los.²³ Tendo em vista esse último aspecto, tanto variam os procedimentos retóricos da construção dos textos quanto sua *mise-en-livre*.²⁴

Procedimentos retóricos: os livros mais antigos parecem se organizar em torno de procedimentos da retórica tradicional, resumidos, em geral, a um esquema baseado na apresentação de uma lição (sempre cívico-moral), seguida de diferentes narrativas em que heróis ou episódios históricos exemplificam as virtudes ou engenho introduzidos pela lição e concluída por sua retomada; uma primeira diferenciação nesse esquema é a

²³ Deve-se destacar, na abordagem dos temas, a ausência de uma temática religiosa em todos os livros analisados, algo pouco comum nos livros didáticos do período, particularmente naqueles das primeiras décadas do XIX.

²⁴ Para a noção, ver Chartier (1989).

1 Trabalho apresentado no NPO4 – Núcleo de Pesquisa Produção Editorial, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



encenação, no livro editado pela Garnier, de uma exposição didática em que um “eu” ensina a um “vós” identificado à criança; uma segunda diferenciação, por último, observa-se no livro de BPR, que põe em prática uma nova maneira de dizer, voltada para a transmissão de exemplos pelo apelo à emoção e sensibilidade da criança, que passa mesmo a aparecer como personagem dos textos.

Procedimentos de *mise-en-livre*: apenas com o livro de BPR se apresenta um sumário e os textos passam a ser curtos e mais claramente identificados e distintos uns dos outros por meio de saliências textuais (títulos, espaços em branco, vinhetas), elementos que possibilitam uma melhor legibilidade e uma rápida localização dos textos; nos demais, os textos são em geral longos, muitas vezes sem título; quando presente, um título pode anunciar apenas a abordagem da vida de uma personagem, mas desenvolver-se também em torno da vida de um segundo; os livros podem, por fim, apresentar listas organizadas por critérios que não o alfabético (de prestígio, por exemplo, como na lista de abreviações de pronomes de tratamento no livro de Corrêa de Freitas, que vão do rei e do papa ao senhor e senhora), ou por critério algum.

Tudo isso indica que, ao longo da trajetória do gênero mudaram tanto os modos de ver a criança e sua educação quanto os de pensar e ensejar as práticas de leitura escolares, mais voltadas para a memorização, nas obras mais antigas, já que os padrões da *mise-en-livre* e sua reduzida legibilidade supõem mais acentuadamente uma leitura mais lenta e trabalhosa, mais linear e mais ainda dirigida das partes para o todo, do elemento formal para o significado.

Mas os livros de leitura manuscrita se diferenciam das outras antologias e livros de leitura e sua especificidade reside nos outros princípios de seleção e, particularmente, de ordenação e seqüenciação de textos que também põem em funcionamento. É que o gênero parece também se estruturar não somente em torno de suas relações com a escrita mas também em torno das tensões que estabelece com o *impresso*.

Relação, primeiramente, de oposição, já que todos os títulos localizados se diferenciam de outros livros de leitura e constroem sua especificidade pela natureza *manuscrita* da leitura que pretendem ensinar. Assim, ler um manuscrito requer o domínio progressivo – e por isso os textos são dispostos numa progressão de acordo



com o menor ou maior grau de legibilidade – de diferentes habilidades e conhecimentos daqueles requeridos por um impresso (nos quais utilizam-se princípios de progressão que podem ir do tamanho do texto a sua maior ou menor distância temporal em relação à linguagem usual do aluno). Transmitir essas habilidades e conhecimentos, exercitá-los, é o objetivo desse gênero de livro. Essas habilidades parecem se organizar em torno da decifração e dos procedimentos e estratégias que permitem reconhecer letras mal traçadas ou muito diferentes de acordo com o estilo do autor e as condições da escrita; que permitem estabelecer cortes entre palavras escritas de modo muito próximo; que possibilitam ao leitor tanto adivinhar trechos ou palavras ilegíveis quanto identificar abreviaturas variáveis ou omissões de palavras ou partes, comuns num momento de desatenção daquele que escreve e copia e presentes mesmo nos paleógrafos analisados.

Mas o gênero parece se definir também pelas relações de complementaridade que estabelece entre o impresso e o manuscrito. Afinal, é a imprensa, por meio do processo litográfico, que permite, ao longo de todo o século XIX e de boa parte do XX, uma nova maneira de transmissão da cultura que cerca os usos da escrita manuscrita, mesmo que esse período seja marcado por uma crescente difusão da cultura do impresso. O processo de reprodução que permite essa presença, no impresso, da cultura manuscrita é a litografia, inventada em 1796, por Alois Senefelder (1771-1834), e que iria modificar acentuadamente o mundo da ilustração e do jornalismo, ao permitir a impressão, ao mesmo tempo, de textos impressos e ilustrações.²⁵

Relações de oposição, de complementaridade, por fim, o gênero dos paleógrafos parece se organizar também por meio de uma relação de subordinação ao impresso: ao contrário dos livros manuscritos, os de leitura do impresso, “livros de leitura” *tout court*, são, recorrendo à lingüística estrutural, o termo não-marcado da relação, e não precisam anunciar sua especificidade, tomada como dada, conhecida do público. Diferentemente, é preciso enunciar a especificidade dos manuais de leitura manuscrita, que se situam, assim, no interior de um quadro mais geral organizado em torno do impresso e de sua leitura. É difícil compreender, no estágio atual da pesquisa, o lugar da cultura manuscrita no quadro mais geral de um mundo da escrita que, paulatinamente, ao longo

²⁵ Sobre essa possibilidade criada pela litografia, ver Jean (1987).

1 Trabalho apresentado no NPO4 – Núcleo de Pesquisa Produção Editorial, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



do período, vai se organizar em torno do impresso. Sabe-se que até muito recentemente, no Brasil, os documentos públicos eram obrigatoriamente manuscritos. Sabe-se, também, que práticas comerciais exigiam um intensivo uso do manuscrito na escrituração contábil e na correspondência comercial. Sabe-se, ainda, que, na vida privada, o cotidiano das camadas letradas envolvia uma intensa troca epistolar, assim como, nos usos femininos da escrita, a cópia e circulação intensa de receitas, “pensamentos”, poemas, letras de música. Sabe-se, além disso, que em todo o processo de elaboração dos textos a serem impressos, nas esferas política, literária, jurídica, religiosa e científica, a redação e a cópia manuscritas constituíam etapas prévias à impressão, envolvendo mesmo um circuito, ainda que mais restrito, de comunicação de textos. Sabe-se, por fim, que o surgimento e a difusão da pena metálica (inventada por volta de 1822, segundo Mediavilla, 2000), foi uma das mais importantes condições para a intensificação das práticas de uso do manuscrito. Não se conhece, porém, a extensão e as dimensões desses usos do manuscrito, seus significados e seu papel numa cultura da escrita que, como a brasileira, desenvolveu-se durante muito tempo sem o apoio da imprensa, sem uma ampla difusão da alfabetização e, mesmo no século XIX, sem uma forte atenção à organização da instrução elementar.

Em síntese, no quadro mais geral de uma cultura do manuscrito, os paleógrafos parecem ter se destinar a diferentes aprendizados. Claramente destinam-se ao desenvolvimento de capacidades ligadas à decifração do manuscrito, constituída de habilidades e conhecimentos ainda não descritos pela literatura interessada na relação entre os modos de grafar e seus suportes, de um lado, e os processos cognitivos cujo desenvolvimento implicam, de outro. Mas os paleógrafos parecem reunir duas outras funções: por um lado, buscam, como os demais livros de leitura, fornecer um quadro de valores morais e políticos capazes de constituir as referências que uma nação ou grupo devem, numa determinada época, compartilhar; por outro lado, porém, tendem, num grau que é preciso melhor determinar e explorar, a buscar fornecer elementos relacionados ao ensino da escrita, seja apresentando modelos de letra e cópia, seja fixando, para a composição de textos, modelos para reprodução.



Referências bibliográficas

- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: EDUC, Brasília: INEP, 1989.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes *et al.* *Livros escolares de leitura: uma morfologia*. Belo Horizonte: Ceale, 2001. [mimeo].
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese de doutorado em História. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1993.
- BRAGANÇA, Aníbal. A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2000. p. 451-476.
- CHARLE, Christophe. Le champ de la production littéraire. In: CHARTIER, Roger et MARTIN, Henri-Jean. *Histoire de l'édition française*. Le temps des éditeurs. Du romantisme à la Belle Époque. Paris: Fayard: Cercle de la librairie, 1990. v. III. p.137-175.
- CHARTIER, Roger. Textos, impressos, leituras. In: _____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. trad. de M. Galhardo. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil, 1989. p. 121-39.
- _____. *A ordem dos livros*. trad. Mary Del Priore. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.
- CRUBELLIER, Maurice. L'élargissement du public. In: CHARTIER, Roger et MARTIN, Henri-Jean. *Histoire de l'édition française*. Le temps des éditeurs. Du romantisme à la Belle Époque. Paris: Fayard: Cercle de la librairie, 1990. v. III. p.15-41.
- DARNTON, Robert. What is the history of books? In: _____. *The Kiss of Lamourette; Reflections in Cultural History*. New York; London: W.W. Norton & Company, 1990. p. 107-35.
- FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC: sociedade portuguesa e ensino das primeiras letras*. Porto: Porto Editora, 1994.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira *et alii.* Livros escolares no século XIX: subsídios para a compreensão do processo de institucionalização da escola em Pernambuco. *XV Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste*. São Luís, 2000.
- _____, BATISTA, Antônio Augusto Gomes. A leitura na escola primária brasileira. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, nov./dez.1998, p.20-29.
- HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil* (sua história).trad. Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T.A. Queiroz: Edusp, 1985.
- HÉBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna, *Teoria & Educação*, Porto Alegre: Pannonica, n. 2, 1990. p. 65-110.
- _____. “Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização d ponto de vista da história cultural”. In: ABREU, Márcia.(org.) *Leitura, história da leitura*. São Paulo: Mercado de Letras, 2000. p.33-78.
- _____. Des écritures exemplaires: l'art de l'écrivain en France entre XVIe et XVIIIe siècle, *Mélanges de l'École française de Rome, Italie et Méditerranée*, 107, 2, 1995, p. 473-523.
- JEAN, Georges. *L'écriture memoire des hommes*. Paris: Gallimard, 1987.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

- LOPES, Cláudia Neves. Édition et colonisation: le marché éditorial entre le Brésil et le Portugal. In: MICHON, Jacques et MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde; du XVIIIe siècle à l'an 2000*. Paris: L'Harmattan, 2001. p. 360-371.
- MARTIN, Odile & MARTIN, Henri-Jean. Le monde des éditeurs. In: CHARTIER, Roger et MARTIN, Henri-Jean. *Histoire de l'édition française. Le temps des éditeurs. Du romantisme à la Belle Époque*. Paris: Fayard: Cercle de la librairie, 1990. v. III. p.176-244.
- MEDIAVILLA, Claude. *L'ABCdaire de la calligraphie*. Paris: Flammarion, 2000.
- MOLLIER, Jean-Yves. L'argent et les lettres: histoire du capitalisme d'édition (1880-1920). Paris: Fayard, 1988).
- _____. Les mutations de l'espace éditorial français du XVIIIe au XXe siècle, *Actes de la recherche em sciences sociales*, n. 126/127, mars 1999, p. 31.
- _____. La construction de système éditorial français et son expansion dans le monde du XVIIIe au XXe siècle. In: MICHON, Jacques et MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde; du XVIIIe siècle à l'an 2000*. Paris: L'Harmattan, 2001.p 48-72.
- MOURÃO, Paulo Krüger Correa. O ensino em Minas Gerais no tempo do Império. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1959.
- PFROMM, Samuel et al. *O livro na educação*. Rio de Janeiro: Primor/MEC, 1974.
- SABARD, Véronique *et alii*. *Calligraphie latine: initiation*. Paris: Éd. Fleurus, 1999.

Legislação citada

- MINAS GERAIS, Coleção de Leis e Decretos do Estado. Lei 439 (de 29/09/1906) que Aprova a Reforma do Ensino Primário e Normal do Estado. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906.
- _____. Decreto 1.947 (de 30/09/1906) que Aprova o Programa do Ensino Primário do Estado. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906.
- _____. Decreto 3.405 (de 15/01/1912) que Aprova o Programa de Ensino dos Grupos Escolares e demais escolas públicas do Estado. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1912.
- _____. Decreto 4.508 (de 19/01/1916) que Aprova o Programa do Ensino Primário do Estado. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1916.
- _____. Decreto 4.930 (de 06/02/1918) que Aprova o Programa do Ensino Primário do Estado. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1918.
- _____. Decreto 6.655 (de 19/08/1924) que Aprova o Regulamento do Ensino Primário. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1924.
- _____. Decreto 6.758 (de 01/01/1925) que Aprova os Programas do Ensino Primário do Estado. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925.
- _____. Decreto 8.094 (de 22/12/1927) que Aprova o Programa do Ensino Primário do Estado. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927.